

SUMÁRIO

Prefácio – O que define o jornalista como autor?	13
Introdução	17
1. Mídia, intelectuais e jornalistas-intelectuais	21
2. As interações e o mundo social dos jornalistas: como se constroem as identidades?	31
3. A escolha dos jornalistas-intelectuais: pertencimento, notoriedade, engajamento e representatividade	39
4. As definições dos entrevistados: o jornalismo, os jornalistas e os intelectuais	47
5. Negociando estatutos, construindo uma identidade: as interações entre os jornalistas-intelectuais e o pesquisador	61
6. O caráter coletivo da identidade dos jornalistas-intelectuais: reputação e práticas sociais	89
7. Os jornalistas-intelectuais e as transformações no jornalismo brasileiro	141
8. Os processos de segmentação no mundo dos jornalistas	163
Palavras finais	171
Referências bibliográficas	175

O filósofo público, hoje, não sou eu, mas você. Eu não represento mais nada. É o jornalista que dá vida às mensagens. Não eu. Quando a mídia tomar conta totalmente do “poder intelectual”, o que ela vai fazer?

MICHEL SERRES, FILÓSOFO FRANCÊS, RESPONDENDO A UM JORNALISTA

À medida que a vida avança, deixamos três ou quatro imagens de nós, diferentes umas das outras, e as remetemos em seguida ao vapor do passado como retratos de nossas diferentes idades.

FRANÇOIS-RENÉ DE CHATEAUBRIAND, *MÉMOIRES D'OUTRE-TOMBE*

PREFÁCIO – O QUE DEFINE O JORNALISTA COMO AUTOR?

*Cremilda Medina*¹

No verão de 1981, eu chegava, acalorada e tensa, ao apartamento do intelectual português Vergílio Ferreira em Lisboa. Fui conduzida ao escritório no fundo do apartamento, passando pelo corredor lotado de livros. O dono da casa me convidou a sentar à sua frente e, ereto, com expressão austera, inquiriu-me: “Afinal, qual é seu trabalho?” Logo me apresentei como jornalista que vinha reunir uma série de depoimentos dos escritores contemporâneos em Portugal. Acrescentei, naquele momento, com ousadia: posteriormente faria o mesmo com os autores brasileiros e os africanos de língua portuguesa. Vergílio Ferreira contra-atacou: “Mas então trabalha com as literaturas?” Respondi de imediato: não sou nem crítica nem historiadora, sou jornalista e estou aqui para colher sua palavra, gosto muito da ficção que escreve, mas queria ouvi-lo também sobre a literatura portuguesa contemporânea e seu processo de criação. (Pensei cá com os meus botões, será que o consagrado intelectual ali na minha frente vai me aceitar como simples repórter?) Assumi uma posição de juiz europeu e afirmou com segurança: “Para mim, a literatura latino-americana só existe em Jorge Luis Borges e isto porque Borges não é nem argentino nem latino-americano, é muito mais inglês...” (Fiquei inquieta, não pude calar.) “Desculpe, Vergílio, mas não posso concordar; conheço bem a obra de Borges que, por sinal, consegui publicar no Brasil pela Editora Globo de Porto Alegre, no fim dos anos 1960, antes de me mudar para São Paulo, e penso que seus textos têm uma marca portenha e argentina indiscutíveis.” O autor de *Alegria breve* me encarou com espanto, curvou-se levemente em minha direção e o brilho dos olhos passou uma nova mensagem. A partir daí a conversa fluiu com cumplicidade e respeito mútuo.

Vergílio Ferreira (1916-1996) tem sido uma referência exemplar de como na cultura europeia há uma fronteira entre jornalista e intelectual. À época em que me dediquei ao trabalho das literaturas de língua portuguesa, de 1982 a 1987,

¹ Cremilda Medina é jornalista, pesquisadora e professora titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Autora de 14 livros, sendo o mais recente *Ciência e jornalismo – Da herança positivista ao diálogo dos afetos* (Summus, 2008), organizou 50 coletâneas, entre as quais as séries São Paulo de Perfil e Novo Pacto da Ciência.

quem escrevia sobre o tema era quase sempre o crítico acadêmico ou o jornalista que assumia a face de escritor, comentarista, ensaísta. Era inconcebível o mapeamento e uma aproximação abrangente da produção literária pela reportagem jornalística. Por outro lado, a vertente opinativa (da crítica literária) frequentava o espaço nobre do jornalismo sempre associada a intelectuais, uma casta distinta dos jornalistas. Daí a importância da presente reflexão de Fábio Pereira neste livro.

Originária de tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília em 2008, a obra percorre os caminhos da construção identitária dos jornalistas-intelectuais no Brasil. Ao escolher um grupo de profissionais cujo eu biográfico responde às suas interrogações – Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura –, o pesquisador partilha com o leitor as sutilezas das fronteiras mestiças. Embora a tradição europeia, com ênfase na bibliografia francesa, estabeleça marcos que separam o jornalista como uma espécie de técnico, hierarquicamente abaixo do intelectual pleno, a leitura rigorosa de Fábio Pereira conduz a encruzilhadas e cruzamentos em que fica difícil a separação entre “raça pura” e “raça impura”.

A essência do percurso da pesquisa reside na articulação indivíduo-sociedade, fruto de processos de negociação simbólica. Ou o que os neurocientistas atribuem à mente consciente ou inteligência humana (vide António Damásio, *O livro da consciência: a construção do cérebro consciente*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo dos Leitores, 2010). Ora, nesse sentido, a produção simbólica que daí decorre não é intelectualmente nobre nem subalterna. Fábio Pereira, no entanto, persiste na busca das balizas de identidades dos assim nomeados intelectuais e dos jornalistas, conforme valores culturais e reflexão acadêmica. Ao fim e ao cabo ficariam categorizados como intelectuais os cientistas, os ensaístas e os artistas (escritores, é claro, aí incluídos). Para isso, o autor se vale da análise das motivações, das definições intencionais e das carreiras que acabam por fixar certas coerências na experiência individual e nas culturas. Mas o residual hierárquico positivista, muito bem sistematizado por Augusto Comte, prossegue alijando o jornalista da classe dos intelectuais. O estudo que o livro faz do estatuto e reputação dos jornalistas-intelectuais bem demonstra a resistência dos valores hierárquicos por mais que se conteste esse paradigma.

Na arquitetura do livro de Fábio Pereira há uma parte dedicada aos contextos históricos, em que o capítulo da profissionalização do jornalista, cujos alicerces estão no fim do século XIX, oferece chaves significativas para desconstruir dogmas persistentes. Tão logo se percebe a complexidade das sociedades contemporâneas, da era urbano-industrial à era digital, fica inviável segregar a presença do repórter como não intelectual diante do intelectual-editorialista, cronista, comentarista e

crítico. O Brasil, aliás, já tem uma bibliografia substantiva que põe em destaque o que define o jornalista: a mediação (ou negociação simbólica) autoral. Toda a massa crítica acumulada nas escolas de jornalismo desde os anos 1940 consubstancia-se na identidade autoral do jornalista. As grandes narrativas não teriam a importância sociopolítica e cultural que têm sem essa assinatura original. A interpretação do acontecimento contemporâneo antecipa, na reportagem, os possíveis julgamentos e opiniões consistentes que dela decorrerem em uma cobertura jornalística de fôlego.

Não é, pois, de estranhar as trajetórias híbridas e o desaparecimento do hífen em jornalistas-intelectuais. Se, como diz o autor, “a margem de manobra do jornalista no mundo social” é muitas vezes afetada pelo conflito empresarial, quase sempre o jornalista que se constitui em autor tem armas para negociar ou, no limite, romper o vínculo empregatício, perante as pressões patronais, editoriais ou de ameaça ética à sua reputação. Também nesse campo, a universidade tem um peso decisivo na discussão que se trava à luz da convivência socioacadêmica. Aliás, Fábio Pereira colhe nos depoimentos dos jornalistas por ele selecionados visões de mundo que confluem na tríade que constitui a solidez da autoria: ética, técnica e estética.

Os momentos macrosociais do século XX que o livro enfatiza são preciosos para uma constante reflexão, seja pelo ângulo da militância política nas ditaduras, seja pelas leituras possíveis de país. E aí não se pode padecer de saudosismo dos anos 1950-1960 ou de interrupções e cortes históricos, se, partindo de uma visão processual, atualizamos permanentemente os desafios da formação profissional. Hoje os pesquisadores se debruçam sobre as tendências do século XXI e debatem problemas epistemológicos inter e transdisciplinares que põem à prova qualquer intelectual, entre eles o comunicador social. A segmentação dos conteúdos e a falta da articulação inteligente dos nexos de significação da circunstância humana constituem um bom exemplo; a pedagogia contemporânea, por sua vez, está procurando novas respostas para o estatuto do professor na formação autoral; a prática democrática exigiria a ampliação dos observatórios de crítica dos meios como espaço dialógico da cidadania; no plano da individualidade criativa, uma questão recorrente por resolver – os direitos de autor nas infovias ou, para voltar aos séculos anteriores, a liberdade de expressão e o direito social à informação. Eis um pequeno itinerário com que as mentes conscientes se confrontam no cotidiano do jornalismo, na ciência acadêmica ou na reflexão ensaística.

Os protagonistas da cena aberta neste livro se subdividem em jornalistas, jornalistas-escritores, escritores-jornalistas, jornalistas-acadêmicos, acadêmicos, ensaístas e ficcionistas. Cavacos do ofício da categorização, dos gêneros ou da hierarquia. A decisão biográfica de fato cria caminhos e cercas, mas a experiência de vida, os estudos e a reflexão passam pela mente e resultam no denominador

comum da produção intelectual: administrar, compreender e transformar os dados de realidade. E o que faz o jornalista quando levanta informações, administra uma pauta, sai a campo para articular significados e cria uma narrativa de indiscutível autoria? Em que se diferencia de outros intelectuais? Em densidade e complexidade? Não. Em mapeamento e descoberta? Não. No brilho de histórias de vida? Não. Em valorização das raízes históricas? Não. Em afloramento de marcas de identidade? Não. A narrativa autoral do jornalista só se distingue de outras narrativas inteligentes pela urgência da contemporaneidade e pela linguagem do diálogo social que pesquisa a vida inteira.

Eis o que o intelectual Fábio Pereira nos inspira.

INTRODUÇÃO

O sociólogo alemão Max Weber afirmou, certa vez, que o jornalista costuma ser visto pela sociedade como o integrante da casta dos párias, geralmente definido por seu representante eticamente mais baixo. Segundo ele, as pessoas esqueciam que a realização jornalística exige pelo menos tanto “gênio” quanto realização erudita (Weber, 1985). A citação weberiana ilustra uma tensão recorrente sempre que nos referimos ao jornalista. Pária ou gênio, empregado ou profissional liberal, técnico ou intelectual, parece não haver consenso sobre o tipo de adjetivo utilizado para definir aqueles que praticam o jornalismo.

Neste livro, decidimos analisar essa contradição, debruçando-nos sobre o lado mais nobre da identidade profissional. Investigaremos um grupo de dez “jornalistas-intelectuais brasileiros”: Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura.

Entendemos como jornalistas-intelectuais os indivíduos que dividem a vida entre a prática nas redações e outras atividades intelectuais, como a produção de obras artísticas e literárias, o pensar crítico sobre o mundo e o engajamento em questões políticas e sociais. É como se essas pessoas resolvessem ser “algo mais que simples jornalistas”, tornando-se escritores, professores, pensadores, militantes etc.

Os jornalistas-intelectuais exercem um papel político associado à imagem do intelectual à francesa. Eles se engajariam no espaço público em defesa de valores abstratos e universais e em defesa dos direitos do homem – “diante do qual o intelectual se ergue como portador das exigências da razão, da verdade, da liberdade, da tolerância, da compreensão, do amor e da piedade” (Bobbio, 1997, p. 59).

Diariamente, esbarramos com esses jornalistas-intelectuais na mídia, nas livrarias e bibliotecas, nas universidades, nas rodas de leitura e nos espaços de debate intelectual. Eles merecem nossa atenção justamente porque sua trajetória evidencia as tensões que marcam as relações entre o meio jornalístico e o meio intelectual no Brasil.

Jornalistas e intelectuais, a dupla profissionalização

Podemos afirmar que, até a primeira metade do século XX, os jornalistas e os intelectuais brasileiros mantinham uma relação muito próxima. O jornal era visto como um espaço de exercício político e literário. Intelectuais intervinham frequentemente na imprensa para expressar posicionamentos políticos, publicar crônicas, contos, poemas e folhetins. E também para receber algum tipo de remuneração, pois dificilmente sobreviviam apenas da atividade intelectual. Os jornalistas que tinham a ambição de se tornar escritores ou políticos também se utilizavam das redações como uma espécie de trampolim para a futura carreira.

As transformações que atingiram o meio jornalístico a partir dos anos 1950 introduziram novos padrões na produção de notícias. Elas trouxeram um estilo narrativo próprio (o lide, a pirâmide invertida) e um conjunto de métodos e técnicas que permitiam lidar com a realidade social (a entrevista e a reportagem objetiva). Trouxeram também valores e padrões para avaliar e distinguir o jornalista profissional e o diletante, o bom e o mau jornalista, o indivíduo bem-sucedido e o fracassado. É dessa forma que se começa a falar em carreiras profissionais específicas para o jornalismo, na busca do sucesso e do prestígio na profissão – o que não se confunde necessariamente com a reputação como intelectual.

Nessa mesma época, os intelectuais deixam o espaço das redações e constituem carreiras profissionais e estatutos autônomos, atuando como artistas, professores, escritores e filósofos. Suas intervenções no jornalismo também passam a ser pautadas por regras e valores distintos. Se antes o jornal era visto como uma espécie de porta-voz de posições políticas, ou como um espaço de diálogo e de experimentação literária, a profissionalização da intelectualidade transforma os modos de colaboração do intelectual na mídia. Ele agora deve se portar como fonte de informação, *expert* ou articulista.

O resultado desses processos é uma distinção entre o jornalista e o intelectual no Brasil. Mas como aconteceu, de fato, essa separação? E como ela afeta o jornalista-intelectual, sua identidade, suas práticas e visões de mundo? Este livro investiga essas questões analisando as trajetórias de alguns jornalistas-intelectuais. Também busca verificar como eles adquirem sua reputação a partir das escolhas feitas no contexto das mudanças que têm afetado o meio cultural brasileiro desde a década de 1950.

Optamos por trabalhar com as histórias de vida dos jornalistas-intelectuais escolhidos. O método permite recuperar a trajetória dessas pessoas baseando-se na forma como elas reconstróem suas experiências. Trata-se de um procedimento versátil, que parte de uma narrativa individual para lançar luz sobre um evento social de maior porte.

Para compor as histórias de vida, realizamos entrevistas em profundidade e ao vivo com dez jornalistas-intelectuais. Abordamos a trajetória dessas pessoas, procuramos captar sentimentos, crenças e desejos. Utilizamos ainda fontes documentais, como entrevistas, biografias e reportagens publicadas sobre a vida e a obra dos entrevistados, coletadas em jornais, revistas, livros, internet e artigos acadêmicos. Finalmente, fizemos uso de documentos redigidos pelos próprios jornalistas-intelectuais: trabalhos acadêmicos, livros-reportagem, memórias, autobiografias e mesmo romances que, de alguma forma, fazem referência às suas trajetórias, seus valores, suas visões sobre o jornalismo e sobre o trabalho intelectual. O uso desse segundo tipo de fonte se encontra devidamente referenciado no decorrer do texto, a fim de diferenciá-lo do material inédito, colhido por meio das entrevistas exclusivas.

A redação deste livro reflete um sentimento de nostalgia. Em certo momento, pretendi ir em busca de um tempo perdido, em que as redações eram “fagulhas” e os jornalistas, pessoas “luminares” – nas palavras de Alberto Dines. Ao final, não será possível retornar a essa mítica “idade de ouro” das redações. Mas, pelo menos, consegui entender como a herança intelectual do jornalismo deixou alguns reflexos na profissão e ajudou a gerar esse pequeno grupo de jornalistas-intelectuais.

1. MÍDIA, INTELLECTUAIS E JORNALISTAS-INTELLECTUAIS

Neste capítulo serão trabalhados estudos sobre as relações entre os meios de comunicação e a figura do intelectual. Busca-se compreender em que sentido as transformações na identidade e na prática da intelectualidade estão ligadas à influência dos meios de comunicação no espaço público – e também esboçar uma definição mais precisa dos jornalistas-intelectuais.

O debate francês sobre as relações entre os intelectuais e os meios de comunicação

Talvez em nenhum outro lugar do mundo a categoria de intelectuais tenha alcançado tanta influência e repercussão social como na França. Haveria naquele país o que France Aubin chamou de “amálgama francês do intelectual”, uma representação social da categoria, nascida no final do século XIX, momento de grandes transformações no meio cultural francês. Nesse período, um grupo de indivíduos se descola do restante das profissões liberais em busca de uma identidade própria, fundada na “criação de novos meios de intervenção [no espaço público], pela busca de novos públicos e por sua contribuição à elaboração ou à difusão de novas ideologias que questionam as clivagens políticas em causa” (Charle, 1990, p. 98). Nasceram os “intelectuais”, na acepção mais estrita do termo.

Os debates em torno do caso Dreyfus, erro judicial cometido em um caso de espionagem que condenou injustamente à prisão o capitão judeu Alfred Dreyfus², são o balão de ensaio das polêmicas que suscitam uma nova forma de engajamento público dessa categoria. É o momento em que o neologismo “intelectual” adquire, em sua conotação substantivada, uma significação coletiva e social. O termo foi

² O caso teve início em 1894, quando Alfred Dreyfus, capitão do exército francês, judeu de origem alsaciana, foi acusado de entregar aos alemães documentos que continham segredos de Estado. Condenado, foi preso por traição e deportado para a prisão, na Ilha do Diabo. A partir de 1897, a família de Dreyfus conseguiu sensibilizar parte da classe intelectual e política na França em torno da fragilidade das provas que levaram à sua condenação. Teve início um debate que mobilizou todo o país e contou com intensa participação dos intelectuais e da imprensa. Somente em 1906 a inocência de Dreyfus foi oficialmente reconhecida, tendo ele sido reintegrado ao exército francês.